A CRIAÇÃO TEXTUAL EM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

INDUSGENCIA MARIA SAMPAIO DE SOUZA

RESUMO

Esse artigo procura trazer informações a respeito da criação textual em crianças do ensino fundamental. É importante suscitar a necessidade de a escola incorporar a escrita como meio através do qual os alunos podem comunicar e expressar os seus desejos, preocupações e pensamentos, bem como um meio de expressão de si e da sua criatividade. É fundamental deixar de lado o ponto de vista equivocado que concebe a escrita como um fim em si mesmo, para enfocá-la como um processo de transformação do conhecimento para o qual ela converge. Uma série de hipóteses que se revelarão verdadeiros conflitos cognitivos que abrem caminho para a construção de novos conhecimentos. Um sistema de representação escrita que foi reconstituído espontaneamente pela mediação do meio em que se desenvolve. Para que o ensino da escrita não se baseie na gestão de um código, mas se incline ao desenvolvimento de um sentido comunicativo em que prevaleça a certeza de que o uso adequado desse sistema de representação é um processo que está imerso na produção de textos escritos. Em outras palavras, a codificação, entendida como colocar as ideias no papel por meio de gráficos, é escrita, como um processo de construção de significados, são inter-relacionados e indissociáveis, pois o professor consegue entender que é a necessidade de sua escrita própria que permite avançar sem conhecer o sistema e tornar valiosa a sua gestão.

Palavras-chave: Código; Conhecimentos; Hipóteses.

INTRODUÇÃO

A escrita está vinculada a um fato cultural e social, oferecendo aos nãoescritores importantes benefícios em torno de seu desenvolvimento intelectual, social e emocional. Dessa forma, entender que a escrita não exige uma matéria rígida, ou de grande complexidade, abre a possibilidade de ampliar seus horizontes para diversas ações, a partir das quais facilita a adequada estimulação de todas as fases do processo.

Com base nisso, a estratégia ideal para abordar a aprendizagem da escrita em sala de aula é aquela que possibilita a transformação do pensamento da educação infantil, promovendo situações em que ela possa construir conhecimentos e assumir seu papel de escritora, sabendo que suas produções podem ser múltiplos propósitos e destinatários.

O professor deve oferecer ao aluno ferramentas suficientes que lhe permitam fazer uso da escrita em um ambiente real, ou que abra caminho para o educando a partir da inter-relação do autor com seu ambiente. Essa abordagem exige a necessidade de proporcionar às crianças a oportunidade de considerar as finalidades sociais da escrita, pelo fato de desenvolverem habilidades a partir de situações cotidianas como escrever uma lista, uma mensagem para um amigo, anotar um endereço, cartões de felicitações, entre outros. Além disso, verifica-se globalmente que não há uso da linguagem escrita, razão pela qual um único tipo de texto não deve ser usado na escola, mas sim facilitar a produção daqueles textos em que a linguagem escrita é usada em contextos reais e autênticos.

Durante a aprendizagem da escrita, em suas vivências cotidianas, a formação enfrenta importantes descobertas e levanta hipóteses fundamentais que demonstram a capacidade de reconstruir esse objeto de conhecimento, de modo que, ao ingressar no sistema educacional formal, tenha uma grande quantidade de informações, que se canaliza com a sistematização da aprendizagem na escola.

A CRIAÇÃO DE TEXTOS E O PAPEL DO PROFESSOR

A criança se comporta como um artista capaz de criar um texto, parando para observá-lo, aperfeiçoando-o e transformando-o graças às experiências oferecidas e às oportunidades de compreender o funcionamento do sistema de representação.

O papel do professor centra-se em descobrir a forma como as crianças evoluem na sua aprendizagem da escrita, pois devem conhecer a evolução que se segue e desenvolver o seu próprio potencial como escritor. O professor observa ou que a criança enfrenta, ouve suas perguntas e comentários, atende aos seus conflitos e busca formas de ajudá-la a cumprir seu papel de autor. De acordo com essa proposta, o professor passa a ser, não um professor de escrita, mas um parceiro que compartilha a experiência e cresce com seus alunos, pois as crianças aprendem mais como o que o professor faz, o que o professor faz.

Ao longo de todo o processo, é fundamental alcançar um cuidado individualizado. Isso é possível graças à possibilidade de eles se concentrarem em seu próprio texto enquanto o professor viaja ou espaço, observando e respondendo às questões individualmente. Isso permite um ambiente facilitador ou eficiente de trabalho, pois cada participante está focado em seu objetivo como escritor. No entanto, isso não significa que a sala de aula esteja completamente silenciosa, pois as crianças precisam compartilhar suas experiências com a professora e com seus colegas, portanto, haverá movimento, mas não desordem.

É importante que o professor compreenda que este processo é inerente à parentalidade e que só pode determinar qual a ajuda necessária, para que o professor possa esclarecer as suas dúvidas e o que considera que deve aprender.

O trabalho cooperativo permite que o grupo faça progressos significativos, desde os níveis menos conhecedores até os mais conhecedores. O. compartilhamento permite que as crianças enriqueçam as abordagens de seu texto com base nas ideias oferecidas por seus pares O professor não é o único com capacidade para orientar e motivar o trabalho, os colegas também desempenham um papel importante na criação de dois textos.

A escrita flui naturalmente, quando crianças não esperamos que nos digam como começar um texto, que tipo de ortografia devemos usar ou sobre qual assunto escrever, ou o que é importante escrever. Ao longo do caminho, os conflitos que surgem do encontro do autor com suas próprias ideias são resolvidos, os conteúdos expressos por meio da escrita são mais importantes do que a forma como são apresentados, de modo que a ortografia, a margem ou o tipo de grafia e outros aspectos inerentes à forma são relegados ao momento em que o texto é escrito.

Com a possibilidade de que eles mesmos possam selecionar sobre o que podemos escrever ou ajudá-los a desenvolver autoconfiança e encontrar os temas que desejam trabalhar, e estes estão relacionados, é claro, às suas experiências anteriores, escrevam sobre o que sabem. Escritores que aprendem a escolher seus temas demonstram expandir não apenas suas informações, mas também técnicas para utilizar em suas criações, uma vez que lhes é permitido escolher livremente suas opções.

Isso não descarta a possibilidade de uma criança ser bloqueada em determinado momento. Essa é a importância de uma estratégia que ajude a superar esse momento sem causar angústia. Portanto, para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de leitores e escritores, é fundamental que o professor conheça seus alunos de forma que possa oferecer orientações pertinentes às suas necessidades e interesses, quando assimilados ou exigidos.

Uma criança deve ser capaz de ler e escrever uma grande variedade de textos (poesia, histórias, linguagens de trabalho, notícias, charadas, artigos de opinião, guloseimas, regras, entre outros), mas os de natureza literária são aqueles aquela que permite uma maior variedade de experiências, dar ou praticar do que ler e criar histórias para crianças. O fato de ser um gênero conhecido desde cedo permite um acesso mais rápido ao processo de aquisição da leitura e da escrita, uma vez que se trata de textos cuja estrutura e linguagem são familiares.

À medida que as crianças aprendem a narrar textos literários, conseguindo se apropriar das diretrizes estruturais do gênero, e não de um caso específico da história, entendemos que ele possui: início, conflito, fim e fim, uma trama que se passa em um ambiente específico, com alguns personagens individuais que vivem a história. Da mesma forma, como as crianças respeitam espontaneamente as regras gramaticais que dão coerência e coesão ao texto, por meio do uso adequado de dois tempos verbais e do enriquecimento do conteúdo por meio da inclusão de descrições de ambientes e personagens, como bem como o uso de suspense ou aceleração ou atraso das ações a serem desenvolvidas. Entendemos, portanto, que devemos considerar a sucessão de transformações pelas quais um texto deve passar para ser considerado a versão definitiva.

Todo esse processo é determinado pelas possibilidades que as crianças têm de interagir com os textos literários, elas poderão aprender história lendo, ouvindo e escrevendo histórias, pois é muito mais fácil começar como crianças que desfrutam do mesmo tempo e conhecimento. Isso oferece a você um caminho mais rápido e seguro para descobrir seu potencial como escritor.

Por outro lado, é fundamental que o processo de escrita se baseie no conhecimento do público ao qual o texto se dirige, que a criança tenha um destinatário real, autêntico, que lhe permita definir as características de seu texto. O produto final do processo pode ser publicado em benefício do referido público (país, professores, pares, comunidades) mas atendendo às demandas que o leitor espera, aqui fica o artigo de revisão como fundamental para obter um resultado satisfatório.

O processo de revisão, enquadrado numa perspectiva dinâmica e ampla, desenrola-se à luz da compreensão do texto que se escreve. Sente-se, numa dimensão global e significativa, que este processo se possui, especificamente na sua configuração inicial, transcendendo os planos convencionais ligados à forma do texto, ou signo, ortografia, sintaxe, entre outros.

Isso implica, principalmente nos primeiros anos, quando se integra uma série de capacidades que possibilitam a formação de um escritor competente, priorizando a avaliação da produção textual a partir de sua estrutura, organização e clareza de ideias, ou isso não significa que deva haver ter domínio total do sistema alfabético, para depois tratar da correção com um padrão de regras inerentes à gramática.

Uma revisão e correção da produção textual, deste ponto de vista, convidanos a considerar como ponto de partida que as crianças são capazes de escrever textos antes de conhecer e saber usar o sistema alfabético notacional. Nessas primeiras idades, são gera-

das múltiplas conexões e, com ela, múltiplos saberes, que constituem a base sobre a qual se baseou a aprendizagem do sistema convencional de escrita, razão pela qual ou processo de revisão e correção faz sentido na medida em que se desenvolve em paralelo. ou próprio ato de escrever. Não se trata de transformar esses processos em jovens que aprendem a escrever construção um pouco indolente para o escritor, trata-se de promover, por meio deles, uma "consciência" a partir da incorporação intelectual que une ou desvenda,

Um fato importante nesse contexto é refletir sobre o campo de atuação do professor, não desenvolvendo as habilidades inerentes à revisão e correção da produção textual, uma vez que esses processos não constituem patrimônio exclusivo do professor. A partir dessa concepção, importa, entre outros aspectos, a independência da parentalidade em relação ao que pode ser escrito, na maioria das vezes, ou o sentido de complementaridade e acompanhamento por parte do professor é relevante, principalmente naqueles primeiros passos que envolvem, muitas vezes, o confronto da criança com o seu "eu", com as suas possibilidades por vezes postas à prova.

O professor atua como guia e mediador do processo de escrita, confia e sugere infinitamente, contando com o fato de que o ser humano, sempre interativo, busca e encontra diferentes caminhos em sua jornada. É imperioso, perante o exposto, especificar que a ação do professor deve promover a educação dos filhos, um olhar atento e crítico sobre o que escreve, sobre sua construção textual, sem cercear a fluência. Assim para, desenvolver-se um senso de responsabilidade e compromisso de ser compreendido através do texto, ao mesmo tempo em que se estimula a autogestão e a autocorreção.

A PROMOÇÃO DA LEITURA

Por muito tempo, a preocupação com a leitura se concentrou nos perigos associados à sua prática e disseminação “descontrolada”. Em geral, os esforços concentram-se em determinar o que deve ser legal, ou o que é proibido, ou o que é boa e má literatura, quais são os autores fundamentais, entre muitas outras limitações. Nesse contexto, são poucas as iniciativas voltadas à leitura de textos significativos para a grande maioria, independente de seu conteúdo, para aprender, curtir, informar-se, entre tantas outras funções.

Além disso, estudos sugerem que a leitura não é promovida de forma igualitária para todas as pessoas. Enquanto para alguns nem tudo nasce, para outros, as distâncias geográficas estão associadas a dificuldades econômicas e obstáculos culturais e psicológicos. Para quem mora em bairros pobres ou no campo, os livros são objetos raros e desconhecidos. Essas pessoas estão separadas da linguagem escrita por verdadeiras fronteiras visíveis e invisíveis.

A promoção da leitura é uma prática social que visa transformar positivamente as formas de perceber, sentir, valorizar, imaginar, usar, compartilhar e conceber a leitura, como uma construção sociocultural. Envolve todas aquelas atividades que promovem, ajudam, incentivam e motivam um comportamento de leitura favorável, ou em alguns casos mais intenso do que o habitual. É transmitir paixões, curiosidades, oferecendo a ideia de que entre toda a literatura disponível, entre todo o patrimônio escrito, haverá alguma obra que saberá dizer algo em particular. Proporciona ao leitor múltiplas oportunidades de encontros e descobertas.

A promoção da leitura inclui todas aquelas práticas cujo objetivo é aproximar as pessoas da linguagem e da escrita: pais, professores, estudantes, donas de casa, trabalhadores, desempregados, famílias, paroquianos, clientes, pacientes, eleitores. É evidente que a família, o governo, as empresas públicas e privadas, a Igreja e, em geral, toda a sociedade, devem ter papel preponderante na formação de novos leitores, na manutenção dos já existentes e não combater o abandono e o ódio.

A promoção pode ocorrer em diferentes espaços: casa, escola, espaços públicos em geral, locais de trabalho. O que importa é que as pessoas descubram a qualidade do vínculo que se estabelece entre elas e o texto. Trata-se de fazer os livros viverem na vida cotidiana.

No ambiente escolar, inúmeros projetos pedagógicos têm sido realizados e executados para promover a leitura nas escolas, bibliotecas e salas de aula.

A leitura e a escrita estão presentes nessa sociedade e é um meio de melhor compreendê-la. Por meio de diversos meios de informação e conhecimento, adquirese saberes necessários para poder além de pertencer, participar de uma sociedade e assim, contribuir para o seu desenvolvimento e avanço.

Uma sociedade não pode se desenvolver e avançar se seus participantes entenderem que a leitura e escrita é apenas a decodificação do código. A relação entre letra e som, não pode, nem deve ser considerada uma leitura e escrita efetiva, é meramente um saber limitado.

Se faz necessário compreender a importância da leitura e da escrita na sociedade, como ela se dá e como a utilizamos. Freire (1982) afirma que:

A compreensão crítica do ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. [...] Linguagem e realidade se aprende dinamicamente. [...] A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquela

(FREIRE, 1982, p. 23).

Desse modo, a leitura e a escrita não é apenas a decodificação do código, mas também um meio de maior conhecimento e compreensão do mundo, fazem parte de nossas vidas antes mesmo de nos apropriarmos dela, e com elas convivemos e nos relacionamos com a sociedade.

A alfabetização era entendida apenas como a decodificação do código, porém hoje é muito mais, é o compreender e o usar da leitura e a escrita em diversos lugares e situações.

Por isso, se faz necessário um ensino para as crianças desde a Educação Infantil em que haja atividades significativas, levando estes alunos a compreenderem a complexidade do mundo da escrita, seus usos e formas.

UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO

Dificilmente pensamos sobre o papel da escrita em nossa vida, pois ela já está enraizada em nosso cotidiano, e não nos damos conta de sua importância e no quanto ela facilitou nossas vidas.

A importância do surgimento da escrita para a história das civilizações é tão grande que é considerada como um marco fundamental do desenvolvimento. Por causa disso costuma-se chamar de Pré-História o período anterior à escrita (BRITO e FRETIAS, 2012, p. 20).

A partir do desenvolvimento de uma nova sociedade, que deixava de ser nômade e passava a ser mais complexa, pois estava se estabelecendo em um determinado local, desenvolvendo métodos de agricultura, comércio e negociações, houve a necessidade de criar um meio de organização, onde fosse possível registrar e retomar aquele registro quando necessário. Foi a partir dessa necessidade que surgiu a escrita.

O desenvolvimento dos métodos de agricultura e do comércio, e as distâncias entre as cidades entre as quais se estabeleciam relações de trocas, são tidos como os responsáveis pelos primeiros registros escritos, ante a necessidade de controle administrativo, de registros contábeis e de se saber com exatidão onde se situavam os distantes pontos de abastecimento e quais as rotas a seguir para os alcançar (AQUINO E FRANCO, 1980, p. 05).

Logo no começo dessa nova sociedade, não se fazia necessário que as pessoas mais comuns dominassem a escrita, pois seus afazeres não lhe exigiam. Porém, conforme os séculos foram se passando, a sociedade foi evoluindo adquirindo novos conhecimentos, avanços nas ciências e meios de comunicação, e as pessoas de classes mais altas começaram a se alfabetizar para ter acesso a esses novos conhecimentos, mas ser alfabetizado ou não, ainda não alterava a vida das pessoas (TRINDADE, 2006).

No Brasil, a educação ganhou destaque no final do século XIX, especialmente com a proclamação da República. As escolas, assumiram um importante papel de instrumento de modernização, tornando-se o lugar para preparar as novas gerações para atender aos ideais do Estado republicanos, e assim instaurar a nova ordem política e social (MORTATTI, 2006).

No âmbito desses ideais republicanos, saber ler e escrever se tornou instrumento privilegiado de aquisição de saber/esclarecimento e imperativo da modernização e desenvolvimento social. A leitura e escrita – que até então eram práticas culturais cuja a aprendizagem se encontrava restrita a poucos e ocorria por meio de transmissão assistemática de seus rudimentos no âmbito privado do lar, ou de maneira menos informal, mas ainda precária, nas poucas escolas do Império - tornaram-se fundamentos da escola obrigatória, leiga, gratuita e objeto de ensino e aprendizagem escolarizados.

O ensino passou a ser organizado, intencional e sistemático. Era uma nova fase em que as pessoas se instruiriam e passariam a enxergar o mundo com outro olhar, contribuindo assim, para o desenvolvimento e avanço do país.

Houve diversos métodos de alfabetização, pois ao longo dos anos a escola tem fracassado em seu papel de alfabetizadora, e para cada fracasso o método de ensino utilizado nessa época é considerado tradicional e substituído por outro método considerado inovador.

Mortatti (2006, p. 4-12), dividiu os métodos de ensino inicial da leitura e escrita, desde as décadas finais do século XIX, em quatro momentos:

1. A metodologia do ensino da leitura – O primeiro momento durou da segunda metade do século XIX a 1890. Para o ensino da leitura utilizavam nessa época o método sintético, que é da parte para o todo, ou seja, letras, sílabas, palavras, frases e textos. Esse método parte da ideia de ir aumentando o grau de dificuldade. A escrita era restringida a caligrafia e ortografia, e seu ensino era através de cópia, ditados e produção de frases isoladas.

2. A institucionalização do método analítico – O segundo momento durou de 1896 a 1920. O ensino da leitura deveria ser do todo, para depois ir para as partes constitutivas.

3. Alfabetização sob metida – O terceiro momento durou de 1920 até o final da década de 1970. Foi a conciliação do método sintético com o analítico, chamado de métodos mistos ou ecléticos.

4. Alfabetização: construtivismo e

desmetodização – De 1980 a dias atuais. O construtivismo se apresenta não como um método novo, mas como uma revolução conceitual, que questiona a necessidade das cartilhas, as teorias e práticas tradicionais e desmetodizar o processo de alfabetização.

Percebe-se que cada novo método de alfabetização surgiu como inovador e com a função de tentar "salvar" a educação do fracasso. No entanto, apesar desses diferentes métodos, permanece o fracasso escolar, o que tem gerado alunos analfabetos e analfabetos funcionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprender a escrever significa entrar em um processo de construção intelectual que, sem dúvida, está ligado ao ato de escrever, promovendo a descoberta e transformação do conhecimento, após uma série de experiências organizadas segundo a causalidade.

A escrita implica o desenvolvimento de uma capacidade em que as crianças podem inventar, reinventar, especificar a finalidade que irá orientar a escrita e também unificar suas ideias em torno dela. Trata-se de um processo em que os esforços do professor e seu grupo de alunos se conjugam na construção cooperativa do conhecimento.

As habilidades de leitura de uma criança são importantes para o seu sucesso na escola, pois permitem que ela tenha acesso a toda a extensão do currículo e melhore suas habilidades de comunicação e linguagem. Além disso, a leitura pode ser um momento divertido e criativo para as crianças, o que abre portas para todos os tipos de novos mundos.

Estudos mostram que ler por prazer faz uma grande diferença no desempenho educacional das crianças. Da mesma forma, as evidências sugerem que as crianças que leem por diversão todos os dias não apenas têm melhor desempenho em testes de leitura do que aquelas que não o fazem, mas também desenvolvem um vocabulário mais amplo, maior conhecimento geral e uma melhor compreensão de outras culturas.

Portanto, é mais provável que ler por prazer determine se uma criança vai bem na escola do que sua origem social ou econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Rubim Santos Leão; FRANCO, Denize de Azevedo; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1980.

BRITO, K. L. S; FREITAS, V. O. Escola e Família: responsabilidade compartilhada. In: VI Colóquio Internacional "Educação e contemporaneidade" 20 a 22 de setembro de 2012.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Ronaldo. Alfabetização: leituras do mundo, leituras da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no

Brasil. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf.

Acesso em 18 set.2022.